



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA
SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO GERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA/DESEMPENHO

Atestamos para os devidos fins de comprovação junto a quem possa interessar, que a empresa **PARAIBA TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.455.771/0001-73, sediada na Rua Doutor Quintino Dourado de A. Maranhão, s/nº, no bairro de Cruz das Armas, nesta cidade, prestou serviço de locação de ônibus rodoviário, por quilometro rodado, totalizando 150.000 km, conforme o Contrato de nº.021/2013, no decorrer de 12 (doze) meses, sempre cumprindo os prazos ora estabelecidos com muita qualidade e compromisso com o **Governo do estado da Paraíba, através do Comando Geral da Policia Militar do Estado da Paraíba.**

Vale salientar ainda que, não existe em nossos registros, ate a presente data, nenhum fato que desabone a sua capacidade técnica, nem tão pouco, a conduta da empresa acima mencionada de suas obrigações assumidas.

João Pessoa-PB, 30 de outubro de 2014.



ALBERTO DA SILVA HIGINIO - 1º TEN QOA
Matricula 520.321-0

ALBERTO DA SILVA HIGINIO – 1ºTEN QOA
Fiscal/Gestor do Contrato



ESTADO DA PARAÍBA
POLÍCIA MILITAR

CONTRATO N.º 021/2013

CGE n.º 13-00665-7

76189

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE, ENTRE
SI, FAZEM O GOVERNO DO ESTADO DA
PARAÍBA, ATRAVÉS DA POLÍCIA
MILITAR DA PARAÍBA E A EMPRESA
PARAÍBA TURISMO LTDA - EPP, PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO
DE ÔNIBUS, DESTINADO À POLÍCIA
MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, NA
FORMA ABAIXO:

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através do COMANDO GERAL DA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, com sede nesta Capital, sito à Praça
Pedro Américo, S/N, Centro, inscrito no CNPJ sob n.º 08.907.776/0001-00, neste ato
representado pelo Comandante Geral EULLER DE ASSIS CHAVES, nomeado pelo
Boletim do Comando Geral da PMPB n.º 0001, de 03 de Janeiro de 2011, e em conformidade
com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Ato Governamental n.º 0041, de 02 de
Janeiro de 2011, publicado em Diário Oficial do Estado da Paraíba n.º 14.533 de 03 de Janeiro
de 2011, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e à empresa, PARAÍBA
TURISMO LTDA - EPP, CPNJ n.º 00.455.771/0001-73, estabelecida na Rua Quintino
Dourado a Maranhão, s/n, sala 02, Cruz das Armas - João Pessoa - PB, denominada
CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor ELIVALDO SILVA DE SOUZA,
brasileiro, CPF n.º 873.177.534-91 e RG n.º 1.517.987 - 2ª Via - SSP/PB, tendo em vista o
que consta no Processo n.º 19.000.001596.2012, e o resultado final do Pregão n.º 461/2012,
com fundamento na Lei n.º 8.666, de 1993, e na Lei Estadual n.º 9.697, de 2012, e demais
legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Autentico esta cópia que é a
Reprodução fiel do original. Dou fé.
Comissão Permanente de Licitação
João Pessoa, 23.04.15

CP/SEC. ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia que é a
Reprodução fiel do original. Dou fé.
Comissão Permanente de Licitação
João Pessoa, 23.04.15

CPL/SEC. ADMINISTRAÇÃO

1. DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS**, visando atender às necessidades da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o **Edital do Pregão nº 461/2012**, com seus Anexos, e a Proposta da **CONTRATADA**.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO.

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de {Regime de Execução}.

3. DO LOCAL E FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

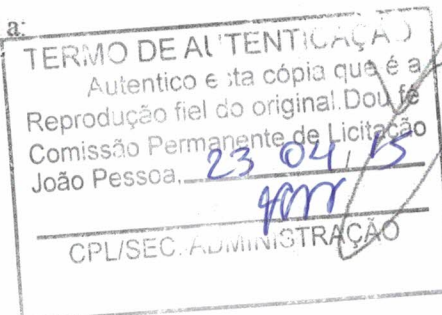
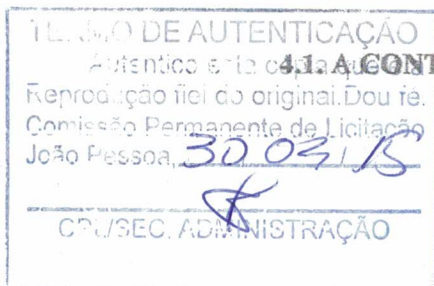
Item	Código	Descrição	Un	Valor Por Km Rodado	Valor Total Estimado
1	39028	LOCAÇÃO de ônibus rodoviário com as seguintes características: climatizado, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros, todos os equipamentos exigidos por Lei, seguro de responsabilidade civil, com motorista, combustível sob responsabilidade da contratada, incluindo os encargos sociais.	Km Rodado	R\$ 4,20	R\$ 150.000,00
Valor Total estimado R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)					

3.1.1. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, conforme disposto no Termo de Referência.

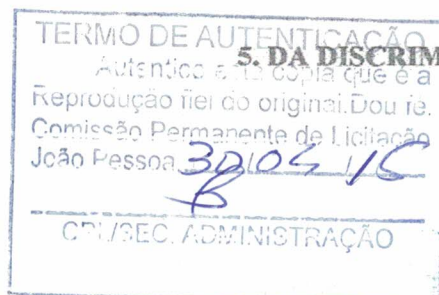
3.1.2. O local da prestação do serviço será conforme necessidade da Polícia Militar do Estado da Paraíba, comunicada antecipadamente a Contratada.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

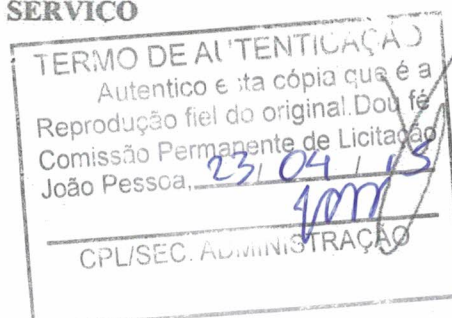
4.1. A CONTRATADA obriga-se a:



- 4.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 4.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- 4.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Estado ou a terceiros;
- 4.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 4.1.5. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 4.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 4.1.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 4.1.8. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 4.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 4.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.



5. DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO



5.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

5.1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

6.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

6.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

6.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

6.1.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

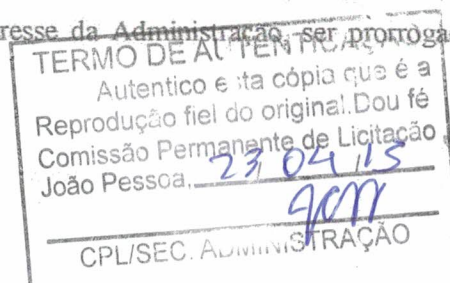
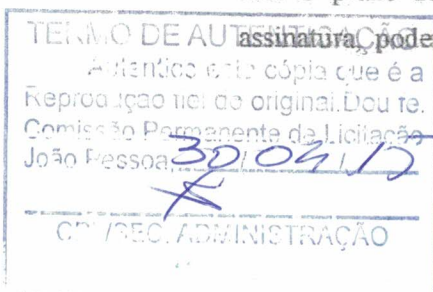
7. DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor estimado do contrato é de **R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)**.

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

8. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

8.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e



sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

8.2. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

8.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

8.3.1. A CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito do Estado da Paraíba ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos, especialmente se estiver inscrita no **CAFIL PB**;

8.3.2. A CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.3.3. A CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

8.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

9.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos serviços executados, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados.

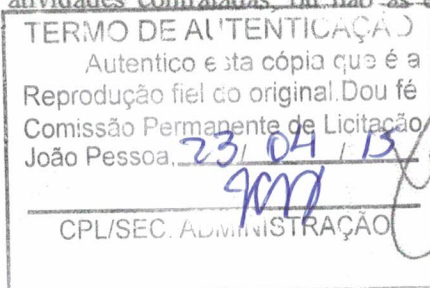
9.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.4. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade

verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

9.4.1. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade

minima exigida;



9.4.2. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.5. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

9.6. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6.1. Será retido 1,5% para o Fundo Empreender Paraíba, nos termos do inciso II, do art. 8º, da Lei nº 9.335/2011, alterado pela Lei nº 9.355/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 32.086/2011.

9.6.2. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

9.6.3. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.7. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

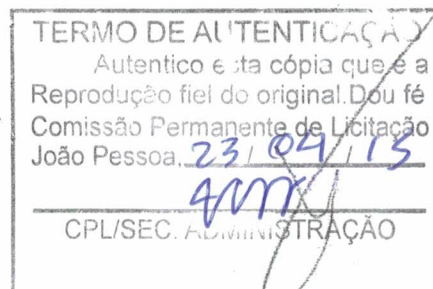
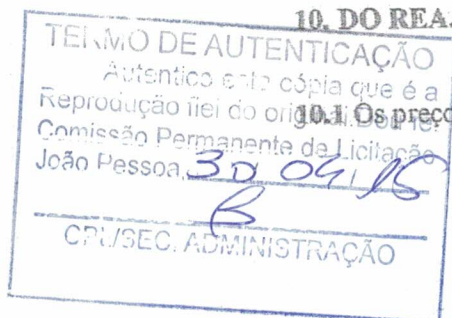
$$I = (6 / 100) / 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

10. DO REAJUSTE

10.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.



11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária
15101.06.181.5144.2434.0000.00000000.33903900.00

11.2. As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

12. REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

12.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

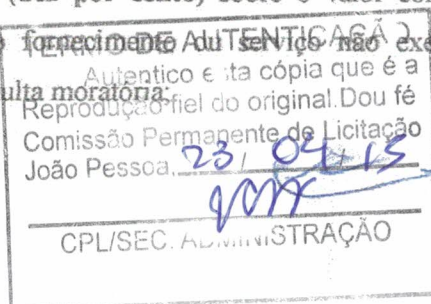
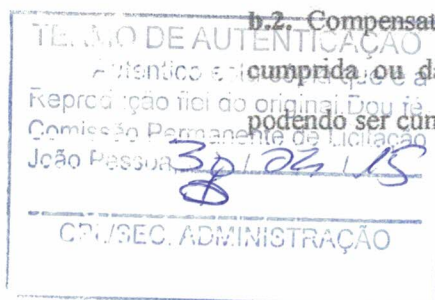
14.1. A Contratada que cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e no Decreto Estadual nº 26.375/2005, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado na execução do contrato sobre o valor da prestação em atraso, até o décimo dia;

b.2. Compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não cumprida, ou da totalidade do fornecimento de serviços não executado pelo fornecedor, podendo ser cumulada com a multa moratória;



- c. Rescisão unilateral do contrato, após o décimo dia de atraso na execução do contrato;
- d. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a **Polícia Militar do Estado da Paraíba - PMPB**, pelo prazo de até dois anos;
- e. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento do Registro Cadastral do Estado pelo prazo de até cinco anos;
- f. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- g. Pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Polícia Militar do Estado da Paraíba - PMPB, enquanto não adimplida a obrigação, no caso do contratado não recolher as multas previstas neste subitem, no prazo estabelecido.

14.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se, no que couber, as disposições da **Lei nº 8.666, de 1993**.

14.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.4. Os valores das multas devidas à Contratante serão recolhidos à conta do **ESTADO DA PARAÍBA**.

14.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL


15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato os elencados no **art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993**, que obedecerá às disposições dos **artigos 79 e 80, da Lei nº 8.666/93**.


15.2. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no **art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993**.

15.4. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

TERMO DE AUTENTICAÇÃO
Autêntico e fiel cópia que é a
Reprodução fiel do original. Dou fé.
Comissão Permanente de Licitação
João Pessoa, 30/04/15

CPL/SEC. ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE AUTENTICAÇÃO
Autêntico e fiel cópia que é a
Reprodução fiel do original. Dou fé.
Comissão Permanente de Licitação
João Pessoa, 23/04/15

CPL/SEC. ADMINISTRAÇÃO

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto Estadual nº 24.649, de 2003, no Decreto Estadual nº 26.375/2005, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Estado, nos termos do § Único, do art. 61 da Lei 8.666/93.


18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de João Pessoa/Paraíba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

João Pessoa - PB, 7 de ABRIL de 2013.


EULLER DE ASSIS CHAVES – Cel QOC
Comandante Geral da P M PB


ELIVALDO SILVA DE SOUZA – Representante
PARAÍBA TURISMO LTDA - EPP

TERMO DE AUTENTICAÇÃO
Testemunhas:
Autentico e fiel a cópia que é a
Reprodução fiel do original. Dou fé.
Comissão Permanente de Licitação
João Pessoa, _____/_____/_____
CPL/SEC. ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE AUTENTICAÇÃO
Autentico e fiel a cópia que é a
Reprodução fiel do original. Dou fé
Comissão Permanente de Licitação
João Pessoa, 23/04/13
CPL/SEC. ADMINISTRAÇÃO